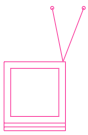


# O sistema financeiro global e os limites do Estado-nação



**N**esta aula, vamos estudar o que é o sistema financeiro global, o que determinou seu surgimento e os problemas dele decorrentes. Vamos discutir até que ponto o Estado-nação vem perdendo poder ou sentindo a necessidade de mudar seus regulamentos internos para sobreviver e conviver nesse novo contexto internacional da globalização.



Qual o papel do sistema financeiro global, cujo campo de operações vai além dos limites dos estados-nacionais? Quais os instrumentos de controle de que dispõem os governos sobre as operações bancárias com títulos e moedas em escala planetária? São elas operações lícitas ou simplesmente especulações fraudulentas ou lavagem de dinheiro ganho ilegalmente?

Hoje, mais do que nunca, o poder dos grandes bancos e das grandes empresas desafia os governos nacionais, propondo uma novo desenho político e econômico para o espaço geográfico mundial, onde não exista limites, nem controle, sobre a circulação dos capitais. No entanto, quais serão os efeitos desta “nova ordem mundial” sobre a vida dos trabalhadores?



Nossa representação geográfica do mundo é a de um conjunto de **Estados-nações**, cada um deles constituído por uma unidade territorial delimitada por fronteiras políticas, sobre a qual é soberano, e por uma unidade econômica organizadora de seus assuntos internos e externos.

Os Estados-nações estariam sendo ameaçados pelo sistema financeiro global – veloz, eletrônico, computadorizado, de tempo integral, indiferente às fronteiras, ávido de lucros rápidos –, pelo qual enorme somas de capital entram e saem dos países de acordo com o que de melhor possam lhe oferecer num dado momento? Mas o que é esse sistema financeiro global?

Segundo nos explica a geógrafa Lia Osório Machado, em seu trabalho *O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: uma simbiose?*, a economia de mercado funciona atualmente com a ajuda dos bancos de investimento internacionais e dos mercados de capitais, isto é, de um sistema de geração, compra e venda de crédito. Assim, quem controla o acesso ao dinheiro, ao crédito – como no caso de governos, bancos, companhias de seguro e operadores dos mercados financeiros – exerce um poder notável na conjuntura internacional. Nas palavras de Lia Osório Machado, trata-se de um **sistema financeiro global**, pois sua tendência recente é expandir-se cada vez mais “liberado dos regulamentos de base territorial como aqueles do Estado-nação”.

O sistema financeiro global é um estágio mais avançado da **internacionalização da economia capitalista** que remonta ao século XIX. Até 1970, o sistema ainda se baseava na intermediação bancária que transformava os capitais disponíveis e as poupanças privadas em créditos internacionais. Mas, a partir da crise dos anos 80, esse sistema foi fortemente golpeado.

Hoje, o caráter globalizado do sistema financeiro se deve:

- a) à acelerada e sempre crescente expansão dos fluxos financeiros internacionais, o que resulta em forte impacto sobre as políticas monetária (quantidade de moedas em circulação) e cambial (relação de valor entre a moeda nacional e a moeda estrangeira) das economias nacionais;
- b) à violenta disputa entre bancos e instituições financeiras (fundos de pensão, companhias de seguros, administradoras de carteiras de títulos e de fundos de investimento) para negociar serviços financeiros, o que leva à proliferação de mecanismos especulativos de ganhos de capital em detrimento do uso de capital em investimentos produtivos;
- c) aos investimentos virtualmente desimpedidos entre os mercados financeiros nacionais, ou seja, a uma maior integração financeira internacional, o que significa oportunidades – mas também riscos – para os Estados nacionais, principalmente aqueles de países emergentes.

Nos últimos dez anos, a globalização financeira movimenta um volume de créditos nunca visto anteriormente na história do capitalismo. Somente no período 1991-1996 o valor total do financiamento, na forma de empréstimos bancários, emissão de bônus e ações, mais que duplicou, já tendo ultrapassado 1 trilhão de dólares. Hoje, a circulação média diária (24 horas) no mercado internacional de câmbio (troca de moedas) chega a 2 trilhões de dólares. Isso sem falar de outros mecanismos financeiros, atualmente utilizados, nos quais o valor nominal negociado (o dinheiro não aparece, e sim a ordem de pagamento) já ultrapassa a cifra de 20 trilhões de dólares. Grande parte desse volume de dinheiro, de crédito, “cresce” descolado do volume de bens e serviços comercializados no mundo. Cresce, então, **por especulação**, pois o que cresce é o valor dos “papéis” negociados.

Os investimentos financeiros não têm correspondência com os investimentos produtivos. Para alguns estudiosos, isso pode significar, se mantidos os ritmos atuais dos fluxos financeiros, uma crise do sistema capitalista de conseqüências inimagináveis. Trata-se de uma situação de “risco sistêmico”, que pode criar desequilíbrios em cadeia, do tipo efeito dominó, e levar a uma crise global.

Para o economista Reinaldo Gonçalves, em seu trabalho *Ô Abre-alas – A nova inserção do Brasil na Economia Mundial*, as principais determinantes para o atual estágio da internacionalização do sistema financeiro foram: o desequilíbrio no balanço de pagamentos e o déficit público dos Estados Unidos; a desregulamentação do movimento de capitais; a criação de novos instrumentos financeiros, como resposta à instabilidade do sistema monetário internacional, ou seja, a variabilidade das taxas de câmbio e de juros; e os avanços das telecomunicações e da informática que permitiram uma maior integração dos diversos sistemas financeiros nacionais, com um custo cada vez mais baixo.



Na foto acima, o sistema computadorizado que serve à Bolsa de Valores de Hong Kong. Ao lado, operadores da Bolsa de Nova York, também dependem de computadores para a realização de seu pregão.



Durante as décadas de 1940 e 1950, o sistema financeiro internacional apoiava-se na forte economia norte-americana e em sua moeda (o dólar) que, ligada a uma determinada quantidade de ouro, criava uma situação de estabilidade no sistema monetário internacional. Havia controle sobre o montante de dólares existente no mundo e cada país sabia exatamente a relação, em valor, entre a moeda nacional e a moeda de referência, o dólar.

Em 1950, somente os Estados Unidos produziam cerca de 60% de toda a produção dos países capitalistas avançados e possuíam em torno de 40% de todo o estoque de capital entre esses países. Nessa época, as transações em divisas estrangeiras eram controladas em cada país e os fluxos de capital mantinham-se relativamente pequenos no mercado financeiro internacional.

No entanto, a partir da década de 1960, essas condições mudaram. Antes de mais nada, é importante lembrar que a partir dessa década começou a surgir uma economia cada vez mais transnacional, ou seja, um sistema de atividades que tende a romper com os limites territoriais, com as fronteiras dos Estados nacionais. E uma das primeiras e mais fortes manifestações de que a economia capitalista escapava ao controle do Estado-nação se dá, justamente, no sistema financeiro.

Geograficamente, muitas empresas passaram a transferir sua sede social para “territórios fiscais generosos” como forma de fugir ao controle dos impostos e das restrições existentes em seus Estados de origem. Essa prática, que passou a ser conhecida como *offshore* (externo), escolhe justamente pequenos ou mini-Estados – tais como Curaçao, Ilhas Virgens e Liechtenstein –, hoje em torno de setenta, que se caracterizam pela ausência ou grandes buracos nas leis empresariais e trabalhistas, o que permite às empresas que para lá se dirigem, realizar grandes transações financeiras.

Na década de 1970, o **sistema monetário internacional**, baseado no dólar, desestabilizou-se porque a economia central que lhe dava sustentação estava perdendo força relativa e competitividade, e porque o dólar, por decisão do governo americano foi desvalorizado, rompendo com o padrão ouro, o que significou uma liberalização geral dos controles cambiais num número crescente de países. Além disso, os contínuos déficits públicos e os déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, constantemente cobertos por empréstimos externos, em pouco tempo transformaram esse país, de maior credor mundial, em devedor internacional.

Ao mesmo tempo, externamente, os investimentos e os gastos militares eram relativamente altos. Os dólares americanos depositados em bancos não-americanos e que não voltavam para os Estados Unidos – para fugir também das restrições da legislação bancária americana – eram estocados fora do território norte-americano e tornaram-se um instrumento financeiro negociável. O velho centro financeiro internacional – a *City* de Londres – negociava os eurodólares “inventados”, em livre flutuação, ou seja, em movimentos oscilatórios, de cotação (valor-preço) instável.

O capital norte-americano se multiplicava e corria solto e rapidamente pelo mundo, e era aplicado, principalmente, em empréstimos de curto prazo (de poucos meses até um ano) altamente lucrativos. Com essa expansão de fluxos de dólares, todos os governos perderam o controle das taxas de câmbio e do volume, agora bem maior, de dinheiro em circulação no mundo.

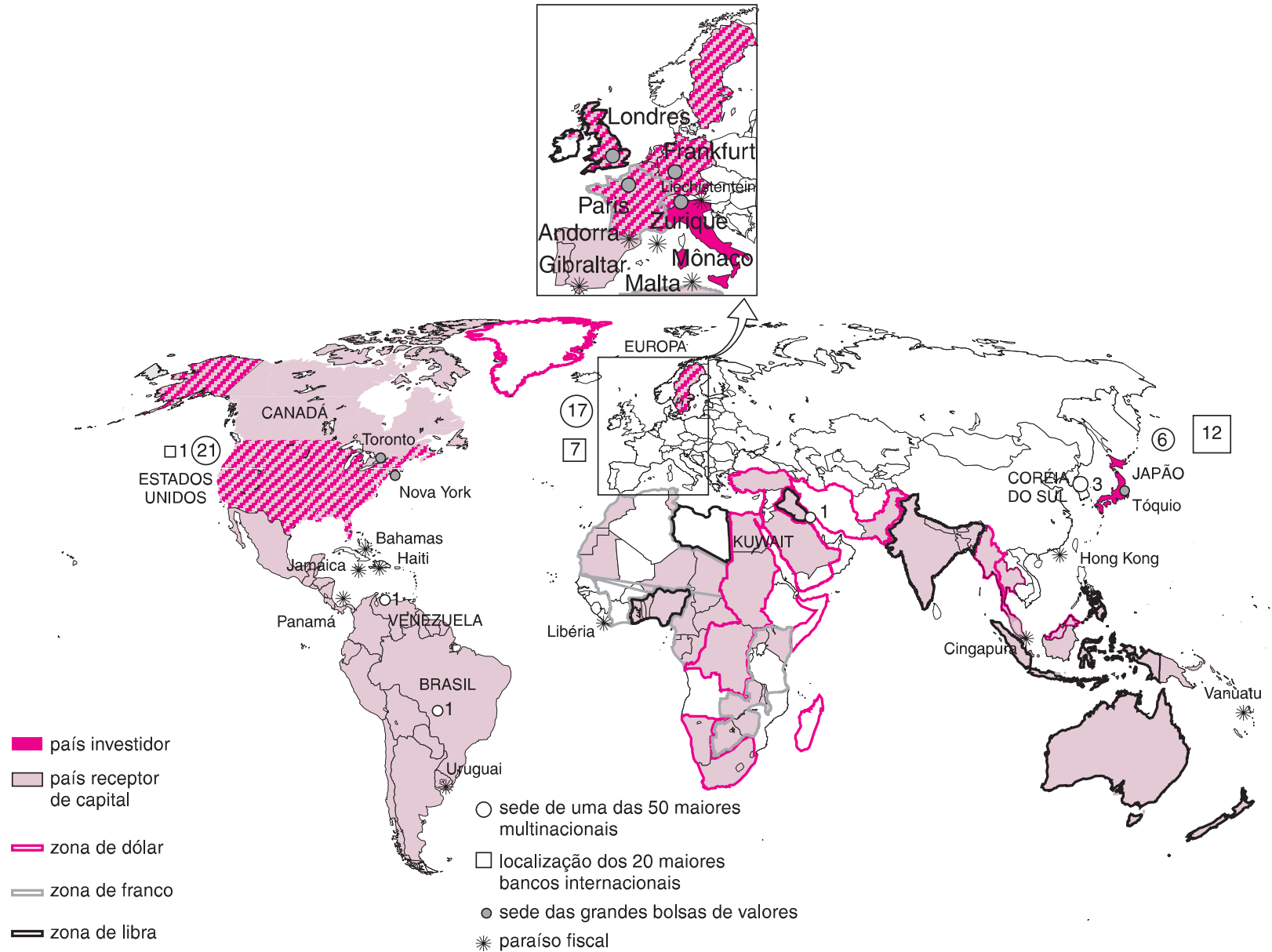
A liberalização financeira ajudava a expandir o comércio mundial, mas os fluxos financeiros se separavam cada vez mais do comércio de manufaturas e de serviços. As políticas dos governos, coordenadas nacional ou internacionalmente, já não funcionavam como antes. Os Estados nacionais perderam parte de seus poderes econômicos.

A crise inflacionária da década de 1970 abriu espaço para as explicações dos ideólogos do **neoliberalismo**, que colocam o Estado como o maior culpado pelos males dessa crise. Para esses ideólogos, qualquer regulação do mercado por parte do Estado é nefasta. O mercado deve ser “livre”.

Em 1979, na Inglaterra governada pela primeira-ministra Margaret Thatcher, apelidada de “dama de ferro”, foi aplicado o mais abrangente programa neoliberal no mundo capitalista. Dele constavam, entre outras realizações: a contração da emissão monetária; a elevação das taxas de juros; a redução dos impostos sobre rendimentos altos; a abolição dos controles dos fluxos financeiros; o corte nos gastos sociais; uma nova legislação anti-sindical e um amplo programa de privatizações. Essas realizações tinham como objetivos, em seu conjunto, reduzir a inflação, estimular investimentos produtivos e especulativos, reduzir o tamanho e o papel do Estado, garantir ao capital privado maiores margens de lucros e reduzir o peso político e econômico dos trabalhadores.

Os Estados Unidos de Ronald Reagan, a Alemanha de Helmut Kohl, e outros países, foram seguindo um a um, com maior ou menor rigor, o modelo neoliberal. Esses países derrubaram pouco a pouco o estado keynesiano, embora não conseguissem acabar com o Estado do bem-estar social, que em muitos países continuava crescendo. Os neoliberais afirmavam que, em oposição ao Estado, que ameaça a liberdade econômica e política, o livre mercado produziria “o maior crescimento da *Riqueza das Nações* e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dele”.

# O poder financeiro mundial



O programa neoliberal reanimou as taxas de lucros, mas não as taxas de acumulação, isto é, de investimentos para o crescimento do parque de equipamentos produtivos. Isso porque a desregulamentação financeira, elemento importante do programa neoliberal, gerou condições muito mais favoráveis para investimentos especulativos do que produtivos. O *boom* das transações financeiras, nos anos 80, levou à redução do comércio mundial de mercadorias, penalizando os países mais pobres, principalmente os de economia basicamente primário-exportadora.

Após atingir os países ricos da Europa Ocidental e da América, o neoliberalismo afetou os países do Leste europeu e, finalmente, os países da América Latina. No entanto, a região que alcançou o maior êxito, nos últimos vinte anos, é justamente a menos liberal. Trata-se do Extremo-Oriente, onde estão incluídos o Japão e a Coreia do Sul. Esses países têm sofrido fortes pressões das potências ocidentais para liberar, desproteger e desregular suas economias.

A globalização não tem apenas um caráter financeiro. Ela é também produtiva. No passado, todas as fases da produção de uma mercadoria eram realizadas no próprio país, onde era consumida ou exportada. Hoje, vem diminuindo o conteúdo nacional da maioria das mercadorias. E as fases intermediárias da produção de um determinado bem ocorrem em diferentes países. As empresas saem em busca de regiões, países ou áreas que ofereçam vantagens em termos de recursos humanos e de padrões técnico-científicos de produção.

O importante a destacar é que são justamente os países em desenvolvimento aqueles que mais necessitam atrair investimentos produtivos e financeiros globais para seus territórios, como forma de resolver suas questões de dívida externa, para alcançar maiores índices e níveis de crescimento econômico, reestruturar espacial e tecnologicamente o país, gerar emprego e redistribuí-lo geograficamente para reduzir as desigualdades existentes. E, para que isso ocorra, devem atender às exigências hoje ditadas pelo mercado internacional cujos poderosos centros encontram-se nas áreas mais avançadas economicamente.

A integridade política e econômica de cada Estado nacional estaria correndo perigo por causa da atuação de especuladores, cujos capitais de curto prazo valem-se de momentos circunstanciais, de informações “quentes”, para investir? E esses especuladores são atraídos pelos mais recentes dados do comércio ou pelo aumento das taxas de juros que lhes garantam vantagens financeiras? Ou fogem quando essas mesmas taxas descem, ou quando há a mais leve suspeita de instabilidade política ou de comoção social que possam ameaçar suas taxas futuras de lucros sobre o capital de risco investido?

Nas palavras de Lia Osório Machado, “de um lado, o sistema de Estados-nações mantém, do ponto de vista jurídico, as prerrogativas de soberania; de outro, o poder fixado pelas fronteiras do Estado nacional é cada vez mais limitado pela política de poder das grandes corporações e das altas finanças”.

Parece que a pressão exercida pelo sistema global é de tal ordem que reduz o papel e o poder – de escolhas e de decisões – dos Estados nacionais. Perdem autonomia e capacidade de dinamizar os investimentos, a renda e o emprego. A globalização, não só financeira mas também produtiva, subordina cada governo nacional aos interesses dos principais centros financeiros internacionais, além de os expor a preconceitos político-econômicos daqueles que manejam o capital global.



O “mundo sem fronteiras” representa uma certa perda, pelo país, do controle sobre sua moeda e sobre suas políticas fiscais. Se para os mercados internacionais, bastante conservadores em matéria econômica, o equilíbrio fiscal de um determinado país está correndo algum risco, tais mercados tomam decisões que têm um impacto real no país em questão. Essa situação já foi vivida pelo México, quando a fuga de capitais internacionalizados jogou esse país numa recessão, manifestada pela queda da produção, do consumo, do emprego, com um conseqüente empobrecimento.

Segundo alguns estudiosos, não se trata de escolher entre participar a qualquer preço dessa globalização e da ideologia do “mercado livre” ou ficar de fora dela. Acreditam eles que sempre será possível preservar (ou reinstaurar) uma regulamentação no âmbito do Estado-nação, bastando para isso que haja “vontade política” de privilegiar as questões sociais dos homens sem capital. Ou pode haver ainda algum controle do movimento internacional do capital financeiro e produtivo, pela ação de agrupamentos como o do Grupo dos Sete – o G-7 (os sete países de economias mais desenvolvidas) – ou de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para que os custos sociais da globalização no mundo não sejam tão altos como vêm sendo.

Nos últimos anos está ocorrendo uma desaceleração nos fluxos de capitais financeiros. Acredita-se que o movimento de desregulamentação e liberalização dos fluxos internacionais de capitais tenha sido concluído, pelo menos nos países desenvolvidos. E parece ainda que surge uma nova tendência de controle das atividades financeiras internacionais.

A “natureza racional” (ou irracional?) do mercado de capitais não está preocupada com o bem-estar ou com a justiça social dos cidadãos de uma determinada sociedade, mas sim com os lucros. Não cabe ao mercado de capitais as questões sobre saúde, educação, habitação ou serviços públicos.

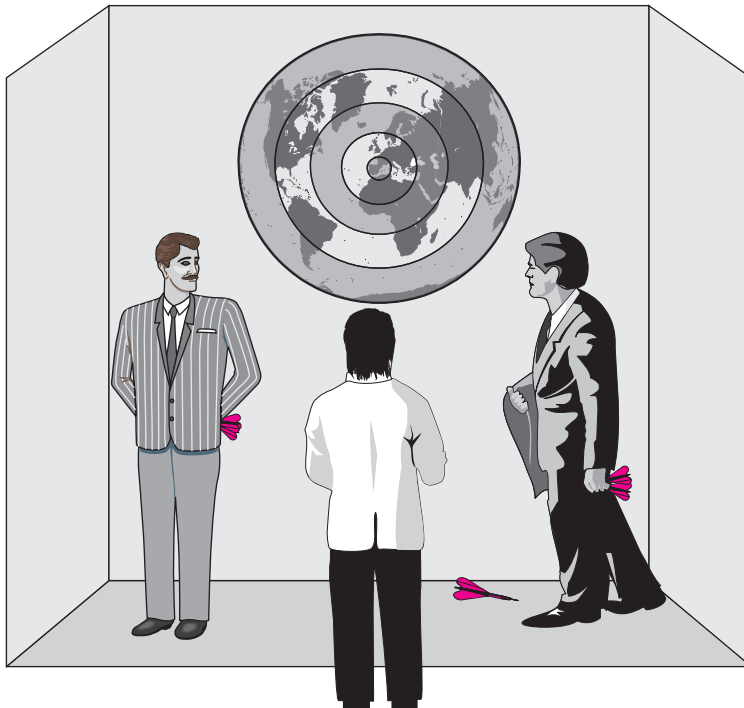
Entretanto, a um Estado democrático cabe o papel de não permitir que os territórios nacionais transformem-se apenas em “filhas legítimas da lógica do capitalismo”, agora globalizado. Cabe impedir que os espaços nacionais sejam simplesmente espaços de manobra e de possibilidades para a economia internacionalizada.

---

Nesta aula você aprendeu que:

- o **sistema financeiro global** está buscando expandir-se, livre de regulamentos de base territorial como os do **Estado-nação**. O sistema é globalizado devido à aceleração e à expansão cada vez maior dos fluxos de dinheiro e de títulos entre os diferentes mercados financeiros nacionais;
- a **crise** dos Estados Unidos e do **sistema monetário internacional** baseado na moeda norte-americana – o dólar – resulta na expansão dos fluxos de dólares fora dos Estados Unidos.
- a **onda neoliberal** que varreu o mundo, a partir da década de 1970, acelerou a globalização financeira na medida em que diversos países passaram a liberar as regras do mercado financeiro para permitir e estimular a entrada de maiores volumes de capitais, mesmo que especulativos, em suas economias.

## Exercício 1



A charge “brinca” com uma realidade do mundo de hoje. Responda:

**a)** Qual é essa realidade?

**b)** Explique a razão da euforia dos homens que jogam os dardos.

## Exercício 2

Com base no texto desta aula, explique qual é a relação existente entre sistema monetário internacional e sistema financeiro internacional.

## Exercício 3

Procure, em jornais ou revistas, notícias que contenham alguns aspectos do sistema financeiro global, estudados nesta aula.